

A benemerência feminina e a assistência social no Brasil: conservadorismo e agência pública de mulheres.

Ana Paula Vosne Martins – Universidade Federal do Paraná

Em carta manuscrita datada de 6 de dezembro de 1937 a professora aposentada Balbina Netto Velloso, moradora da cidade de São Paulo, assim se dirigia ao Presidente Getúlio Vargas:

Deus guarde Vossa Excelência.

Antes de dizer o motivo desta carta peço a V. Excia. perdão de minha ousadia que se inspirou na leitura da nossa Constituição que mostra ser o governo de V. Excia. tão paternal quanto o foi em 1932. Como um único pavilhão estrellado cobre agora todos os brasileiros desde a Serra de Roraima até o Rio Chuy, o verdor dessa bandeira deu-me forças para me dirigir a V. Excia. que é o expoente máximo de nosso governo e que assim sendo deve ter um coração muito grande onde cabem a imensidade da nossa pátria e os seus quarenta e cinco milhões de habitantes. Certa desse perdão inicio a minha carta.

A missivista passa então a narrar como se dedicou por 33 anos ao serviço público enquanto professora, se dedicando à *causa da instrução e da nacionalização* dos pequenos patrícios. Teve seis filhos, dos quais restaram um filho e duas filhas. Explica que o filho não teve muita instrução, por esse motivo era guarda na Penitenciária do Estado, onde tinha uma ficha de comportamento *branca como os lírios*. Em 1932 ela fundou o Externato Santo Antonio para que suas duas filhas *não ficassem expostas e com maiores probabilidades de se desviarem da recta conducta* que a mãe havia traçado para elas, como também para que elas tivessem um lugar para trabalhar. Ela explica então que fez um empréstimo a juros para as instalações do Externato endividando-se em demasia, somando-se a isso doenças na família que só fizeram aumentar suas dívidas. Dos 180 alunos do Externato 25% o freqüentavam gratuitamente e os outros pagavam entre 4 a 5 mil réis por mês. Frente às dificuldades que se avolumavam para manter o Externato a professora e benfeitora dirigia-se ao Presidente para suplicar um auxílio financeiro. *“Oxalá esta minha súplica encontre echo no*

*coração de V. Excia. para eu continuar a acreditar que os bons ainda não desapareceram e Deus me dê forças para ver ainda na História do Brasil o nome de V. Excia. aureolado de sympathias, amor e glorias. Assim se despedia a humillima admiradora anexando três fotografias nas quais se pode ver a professora sentada junto aos seus estudantes organizadamente posando com a bandeira nacional ao fundo e uma placa com o nome do Externato à frente, das quais reproduzo uma delas.*¹



No Arquivo Nacional encontramos centenas de cartas de solicitação ao poder escritas por homens que geralmente eram dirigentes de instituições benemerentes, mas é notável como a partir de 1937 e 1938 as mulheres começam a se tornar mais visíveis nesse papel de representantes de instituições de assistência dos mais diferentes tipos que aparecem como solicitantes de verbas públicas. Boa parte delas eram as esposas de prefeitos e as senhoras das elites locais que cumpriam com o que então era considerado um papel adequado para mulheres bem formadas e cristãs, ou seja, exercer fora de seus

¹ ARQUIVO NACIONAL. Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 107. Carta de Balbina Netto Velloso ao Presidente Getúlio Vargas solicitando auxílio financeiro para a escola por ela dirigida.

lares a caridade ou as benfezejas práticas de cuidados com os necessitados de toda ordem.

No entanto, mulheres de classes sociais menos favorecidas, como a professora aposentada Balbina também passaram a escrever ao poderoso presidente da República apresentando-se com mulheres pobres, em dificuldades, mas ainda assim voltadas para a benemerência, sobrepondo na mesma solicitação auxílios pessoais aos auxílios para as suas instituições assistenciais. Outras não explicitavam como Balbina os seus problemas familiares, mas sublinhavam a importância do trabalho assistencial que faziam geralmente em grupo, contando com a colaboração de outras mulheres, algumas vezes com o apoio de párocos, religiosas e de autoridades locais, como foi o caso de Maria Alcídia Blanc, moradora da cidade de Bicas de Minas, Minas Gerais, também professora, que fundou em 1939 uma creche para crianças órfãs. Sua carta estava acompanhada de um recorte do jornal *O Momento*, de Bicas de Minas, cuja matéria intitula-se “100% Caridade”. Pela matéria ficamos sabendo que ela atuou em parceria com a Conferência de São Vicente de Paulo, geralmente composta por homens de situação social privilegiada, bem como teve o apoio da Prefeitura por meio de um decreto que assegurava que ela poderia dedicar-se ao trabalho de caridade sem colocar em risco seu emprego de professora do município.

Estas cartas são tão somente um pequeno fragmento, um vestígio da extensa ação benemerente que envolveu homens e um número crescente de mulheres de diferentes classes sociais desde o final de século XIX, mas tal fenômeno histórico é mais perceptível a partir da primeira década do século XX. A partir de então começaram a se organizar associações femininas de caridade e de auxílio, de beneficência, de socorro, enfim, associações cujos objetivos eram voltados para a assistência de doentes, crianças, mães pobres, mendigos, idosos, órfãos e todos aqueles que fossem identificados como sofredores e desamparados. Pouco, muito pouco se sabe dessa ação associativa e pública das mulheres no Brasil. Para outros países, especialmente europeus e nos Estados Unidos, há muitos estudos realizados mostrando como a imagem da dama de caridade impertinente, preconceituosa e arrogante a adentrar pelos bairros e casas dos pobres não é o retrato das múltiplas experiências de mulheres com a benemerência. Certamente que o poder de classe das senhoras de caridade e de muitas filantropas

reformistas do século XIX não deve ser negligenciado, por outro lado não explica sozinho a intensa mobilização das mulheres nesse “trabalho do coração”, como foi ideologicamente chamado na época.

O envolvimento das mulheres com o associativismo benemerente no Brasil é pouco conhecido e geralmente se restringe a constatação de que mulheres das elites reproduziam o poder de seus maridos e de sua classe social, num exercício de tutela dos pobres, ou então, de que as ações de caridade e de filantropia expressavam o conservadorismo social e cultural das mulheres. As adjetivações não são suficientes e não podemos nos acomodar a elas. É preciso repensar, tanto do ponto de vista conceitual, quanto empírico, o que significou o envolvimento das mulheres das classes sociais mais privilegiadas ou não com a caridade e a filantropia, naquilo que chamamos de trabalho assistencial, tanto na sua dimensão voluntária, quanto no âmbito profissional. A organização de profissões como a enfermagem, o serviço social, a nutrição e mesmo o magistério, esteve em suas origens ligada à ação voluntária do trabalho assistencial de mulheres conhecidas no passado como as damas de caridade, à frente das mais diversas associações caritativo-filantrópicas de assistência desde fins do século XIX. Com a formulação das políticas sociais durante o Estado Novo a participação das mulheres adquiriu novos significados sociais e políticos invisibilizados ou subestimados pela historiografia sobre o movimento feminista e os movimentos sociais nos quais as mulheres tiveram intensa participação. Associadas ao conservadorismo e à reprodução da ordem social e do sistema simbólico de gênero marcado pelas hierarquias e distribuição desigual de poder, as mulheres ligadas à assistência social nos seus moldes mais tradicionais do sistema caritativo-filantrópico tiveram uma inequívoca ação pública.

Na pesquisa que estamos desenvolvendo sobre a ação benemerente das mulheres e suas relações com o Estado Novo, constatamos que por caminhos diferentes as mulheres que se envolveram com a filantropia passaram pela experiência de ir além de seus jardins. Mobilizadas pela religião ou pelo discurso reformista muitas entenderam que seu lugar no mundo poderia ser mais amplo. Para muitas delas não se tratava tão somente de conquistar mais status de classe, mas outros espaços e almejar

outras paragens para além dos seus lares, como escolas, hospitais, escritórios, instituições sociais e por fim o Estado.

Para a maioria das mulheres que atendeu o chamado para trabalhar em prol dos necessitados - mesmo que mais restrita à noção moral e normativa da difusão da maternidade - sair de seus lares e iniciar um trabalho benemerente as levou para outras experiências com as quais não tinham tanta familiaridade. Criar uma associação, organizar atividades, angariar recursos, mobilizar novas associadas, enfim, as muitas atividades que envolviam este tipo de trabalho voluntário estão na origem de uma nova experiência, uma experiência de agência pública feminina. As trajetórias de algumas mulheres que se notabilizaram na primeira metade do século XX nos levaram a formular uma problematização de pesquisa em torno da relação entre a filantropia e a agência feminina, indo além dos adjetivos historiográficos e feministas que por tanto tempo definiu esta relação como conservadora, pela reprodução da ordem e por sua adequação aos sistemas de dominação de classe e de gênero. Da mesma forma que a religião não esteve na origem da ação pública e do pensamento crítico para a maioria das mulheres, mas para algumas delas foi uma experiência importante e que as empoderou, a filantropia também não foi um caminho previsível para a autonomia ou agência feminina. É importante fazer essa ponderação porque o processo histórico de feminilização da filantropia é profundamente marcado pela ambigüidade e incompreensão.

Reprodução e conservadorismo existiram em diferentes contextos do associativismo filantrópico feminino, como também suas complexas vinculações com a emergência da consciência social e da crítica feminista. O que ainda demanda análise são as múltiplas dimensões da filantropia assistencial feminina e suas relações com a agência pública das mulheres. Se o conservadorismo é uma característica política predominante da ação pública das mulheres de caridade e as filantropas, é preciso entender a extensão desse conservadorismo, seus limites e suas possibilidades como expressão política das mulheres. Ou seja, o que buscamos em nossa pesquisa não é concluir com o conservadorismo, mas sim partir dessa visão de mundo e entender como o conservadorismo foi um caminho para a agência individual, social e política para algumas daquelas protagonistas filantropas.

Geralmente o conservadorismo político é bastante estudado quando se tem em conta a organização dos partidos políticos e a trajetória de lideranças políticas masculinas, associados a temas consagrados da ciência e da história política, como partidos e elites, patrimonialismo e Estado, paternalismo, autoritarismo, entre outros. Como a participação política das mulheres está ausente dessas análises - afinal o gênero não é considerado como uma categoria do pensamento político e nem da ciência política - as ações das mulheres são interpretadas como periféricas, secundárias e subalternas aos interesses de seus maridos ou parentes masculinos, geralmente qualificadas como ações indiretas e que atendem interesses que não são seus ou de filiações políticas mais complexas como sindicatos ou extratos das elites econômicas, mas sim de suas famílias, ou melhor, dos homens de suas famílias. Outra explicação para a atuação política das mulheres seria pelo caminho do feminismo, mas também o seu potencial político é minimizado nas análises mais convencionais em detrimento de ser um movimento social que demandaria base política de outros grupos e agentes.

Como indicamos em publicação de 2011² a extensa e intensa atividade filantrópica que se observa no Brasil a partir da década de 1910 e se acentua entre as décadas de 1930 e 1940 requer uma investigação sobre os complexos mecanismos de interlocução entre as associações filantrópicas e o Estado brasileiro que a partir de então criava mecanismos políticos para apoiar financeiramente a assistência social particular, laica e religiosa, o que estimulou as missivistas com as quais começamos essa exposição.

Muito embora várias associações tenham se limitado aos objetivos cristãos, outras mulheres ampliaram significativamente suas ações assistenciais alinhando-se às políticas públicas de assistência e também ao discurso reformador de médicos e juristas. Educação infantil e de adultos, assistência materno-infantil, apoio às jovens mulheres trabalhadoras, sanitarismo, moradias populares, assistência hospitalar e ambulatorial, são alguns dos objetivos das associações filantrópicas nas quais as mulheres exerceram liderança reconhecida. Se foram ações conservadoras e que justificavam o papel tradicional de gênero das mulheres, foram, por outro lado, caminhos que possibilitaram

² MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*. Volume 18, Suplemento 1, Dezembro de 2011. 15-34

a algumas delas exercer um papel político reconhecido socialmente e que não passava pelo formalismo do sistema representativo. Talvez essa ação seja realmente uma expressão do protagonismo político feminino de perfil conservador, mas antes das qualificações faz-se necessário compreender as motivações, as práticas, os discursos e as redes de relações que facilitaram o que estamos a denominar de protagonismo social e político das mulheres das elites brasileiras.

Para concluir ainda resta dizer alguma coisa sobre o que entendemos como agência pública das mulheres. Deliberadamente não usamos o conceito de autonomia para pensar a ação pública das mulheres com a assistência e o associativismo caritativo-filantrópico porque se trata de um conceito filosófico marcado historicamente por uma definição unitária, homogênea e a-histórica de indivíduo. O pensamento crítico feminista revelou as dimensões de poder do pensamento filosófico universalista, cujas operações epistemológicas criavam hipoteticamente uma referência subjetiva neutra – o indivíduo – que só existia no nível da abstração filosófica e da idealização política. No nível concreto e histórico das relações intersubjetivas, sociais, hierárquicas, desiguais na distribuição do poder, os indivíduos autônomos só o eram porque podiam ser, porque eram homens que detinham o poder simbólico e político para serem livres e autônomos. Tal dimensão política do exercício da autonomia dos indivíduos masculinos representou um custo muito elevado para outros indivíduos, pretensamente falhos na sua autonomia porque falhos na sua constituição moral e natural: as mulheres, os pobres, os “não civilizados”. Portanto, a história heróica do devir humano para alcançar o estado ideal da autonomia era uma história contada pela metade, ou melhor, um conto autocelebrativo e narcisista do poder de gênero, de classe e de raça.

Adotamos o conceito de agência por sua historicidade e potencial crítico aos processos de subjetivação. A agência não é um conceito pré-social ou fora da história. Refere-se à capacidade de agir, de refletir, de escolher que pessoas situadas – gênero, classe, raça, religião, etnia, nacionalidade, geração, opção sexual – podem adquirir (ou querem adquirir) a partir de sua relação com o mundo social. Ninguém é, quer ou escolhe num vazio ontológico, mas sempre a partir das referências da socialização primária ou secundária. A concepção que alguém, digamos uma mulher de elite, tem de si própria não é algo que ela construiu sozinha, solitariamente com o seu *self*. Ser uma

mulher de elite é uma condição que se aprende em várias situações e ao longo do tempo, podendo variar, estando submetido à mudança histórica e aos valores sociais.

Essa característica social e histórica da agência envolve, portanto, uma visão cambiante, não essencial, tanto do sujeito, quanto de sua percepção. Uma mulher que foi socializada pela família e a religião para ser obediente, passiva e conformada com as coisas, sob certas circunstâncias pode criar uma percepção de si mais segura e auto-afirmativa que fundamenta ações públicas e o estabelecimento de relações sociais que reforcem essa auto-imagem positiva e agente e que não confrontam a ordem social e os valores morais e éticos de sua socialização. Portanto, a agência envolve uma pluralidade de situações e de agenciamentos dos sujeitos, que podem reforçar valores e atitudes, mas que também podem abrir outras veredas para a ação e a autopercepção.

Outro aspecto relativo ao conceito de agência diz respeito à sua dimensão política e coletiva. A imagem que alguém tem de si própria nunca é algo construído solitariamente, ou seja, sofre a influência dos valores e atributos que são construídos e compartilhados socialmente. Tal dimensão coletiva da agência não anula o desejo e a capacidade reflexiva da singularidade individual (trajetória, memória, vontade, resistência), por outro lado estabelece uma tensão entre as coerções sociais e as submissões ou resistências individuais e de grupos resistentes e inconformados com a ordem. A dimensão política da agência envolve, portanto, diversas situações.

O conceito de agência é, portanto, um conceito situado no tempo, nos diferentes contextos sociais e políticos, que apresenta como bem expressou Diana Meyers, muitas paradas entre o ponto da total soberania e da absoluta submissão.³ Tomando a problematização feminista do conceito de autonomia como instrumental teórico e conceitual para o desenvolvimento de nossa pesquisa entendemos que as mulheres de elite no Brasil da primeira metade do século XX desempenharam um protagonismo público que não pode ser restrito à adjetivação unitária do conservadorismo e da reprodução dos valores de classe e de gênero.

O conservadorismo foi predominante na auto-percepção das mulheres de elite e também na sua forma de analisar a questão social, que então foi articulada pelos discursos de poder como uma questão aberta à sensibilidade, às emoções e à capacidade

³ MEYERS, Diana. "Personal autonomy and the paradox of feminine socialization." *The Journal of Philosophy*, Vol. 84, N. 11, Nov. 1987. 619-628. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2026764>

feminina de agir, aprendida com os cuidados dispensados à sua esfera, a esfera do privado. Muitas delas atenderam prontamente esse chamado a agir, a atender, a prover, a buscar soluções para um problema de dimensões abissais que o Estado sozinho não parecia poder resolver. O maternalismo foi o discurso predominante, tanto por parte daqueles homens que clamavam pela participação social feminina, quanto por parte delas mesmas. Apesar da adequação às normas do sistema de gênero o maternalismo representou para muitas outras mulheres possibilidades de reflexão e de ampliação da consciência sobre as desigualdades e as injustiças que afetavam mais duramente as mulheres, não elas, as mulheres de elite, mas as mulheres que elas atendiam, as mães pobres e as trabalhadoras.

O envolvimento das mulheres de elite com a ação benemerente pode ser interpretado de maneira mais ligeira como adequação e conformismo. No entanto, percebemos que há duas operações sobrepostas que concorrem para essa imagem parcial e insatisfatória da agência das mulheres de elite com a questão social. A primeira é a dificuldade em associar as múltiplas ações filantrópicas com o conceito político de agência. A segunda tem uma dimensão política de gênero, pois a agência masculina no terreno da assistência social ou da saúde é reconhecida, legitimada e lembrada. Os nomes dos benfeitores estão em hospitais, escolas, laboratórios, prédios públicos e privados, universidades e nos artigos escritos pelos intelectuais. A memória da filantropia é masculina, com exceção das mulheres que tiveram sua agência pública estreitamente ligada aos seus maridos, como foi o caso de Darcy Vargas, que permanece sozinha no panteão da memória da benemerência brasileira.

As questões que aqui apresentamos brevemente fazem parte de um esforço reflexivo visando contribuir para a construção de outras imagens do protagonismo feminino por meio da filantropia. Conservadorismo, adequação, conformismo, mas também agência, consciência e superação dos limites do sistema de gênero. Com o conceito de agência esperamos ampliar a compreensão sobre os significados do conservadorismo para o protagonismo público das mulheres, como também problematizar o esquecimento sobre a agência feminina na questão social.